





Debates do 34º Conecef

O 34º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef) reuniu em São Paulo, nos dias 7 e 8 de junho, cerca de 400 trabalhadores da Caixa de todo o país, entre delegados, observadores e convidados. No encontro, que antecedeu a 20ª Conferência Nacional dos Bancários, foram debatidos os principais eixos das propostas em defesa da Caixa 100% Pública, além de aprovada a pauta de reivindicações dos empregados para a Campanha Nacional 2018. Foram dois dias de intensas discussões e painéis com assuntos pertinentes aos trabalhadores do banco público e à população.

Nenhum direito a menos!

O debate que abriu o 34º Conecef abordou as consequências nefastas para os trabalhadores das reformas trabalhista e da Previdência. Carlos Gabas, ex-ministro nos governos Lula e Dilma, disse que a proposta do governo ilegítimo de Temer não é uma reforma, mas sim um desmon-

te da Previdência Social. “Até agora, a sociedade brasileira, com a mobilização dos trabalhadores, resistiu ao desmonte da Previdência. Mas o governo depois das eleições vai colocar o projeto novamente em votação, Temer já disse isso”, alertou.

Segundo o ex-ministro, a Previ-

dência não é deficitária, conforme alega o governo. Gabas apontou, ainda, que a despesa previdenciária se mantém estável há mais de uma década, e que até 2015 a Previdência mantinha superávit na despesa urbana. “A receita caiu absurdamente depois de 2015, devido ao desemprego e à crise econômica aprofundada pelos golpistas”, salientou. “De um lado ele (Temer) retira direitos. Do outro, perdoa sonegadores”, acrescentou. No ano passado, em apenas 90 dias, o governo Temer garantiu o perdão da dívida de aproximadamente R\$ 30 bilhões do Bradesco, Itaú e Santander.

com a cidadania”, frisou Eymard, sobre os impactos da “deforma” trabalhista. Segundo o advogado, a reação contra a medida, que teve como principal objetivo retirar direitos e desestruturar a organização dos trabalhadores através dos sindicatos, deve vir da sociedade. O advogado também pontuou que já existem ações na Justiça questionando vários pontos da lei, entre eles o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, trabalho intermitente e o acesso à Justiça.

Principais resoluções:

- Contra os efeitos da nova lei trabalhista;
- Fim do Caixa Minuto;
- Garantia de emprego;
- Garantia de incorporação da remuneração de função.

Luta e Resistência

A necessidade de mobilização dos trabalhadores contra as reformas do governo Temer também foi destacada pelo advogado José Eymard Loguércio, que integra a Assessoria Jurídica da Fenae. “Quando se destrói direitos sociais, está se acabando



O ex-ministro da Previdência Carlos Gabas participou de debate que abriu o 34º Conecef

Reforma Trabalhista, Saúde e Condições de Trabalho

Maria Maeno, médica do trabalho e pesquisadora da Fundacentro, apresentou no Congresso o painel “Reforma Trabalhista, Saúde, Condições de Trabalho e Adoecimento”. Ela destacou que ante um cenário de precarização do trabalho no Brasil há uma maior incidência de acidentes e adoecimentos. “Acredito que a defesa da Caixa 100% Pública é fundamental para a saúde dos empregados do banco”, ponderou.

A médica do trabalho também advertiu quanto ao uso do E-Social pelas empresas, com os aspectos relativos à saúde do trabalhador passando à autodeclaração das empresas em uma plataforma única. “Quais empresas declararão que submetem seus trabalhadores a condições inadequadas de trabalho?”, questionou.

Um outro instrumento de ocultação das condições de trabalho, dos acidentes e doenças, segundo Maria Maeno, é o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), do Ministério do Traba-

lho, que está a serviço dos bancos para subnotificar essas ocorrências.

Outros pontos foram destacados por Maria Maeno no painel, todos agravantes para o adoecimento e deterioração da saúde dos trabalhadores. Entre

eles, a médica do trabalho destacou a terceirização e uberização do trabalho (no caso da Caixa, com a figura do avaliador minuto, caixa minuto, tesoureiro minuto), o trabalho intermitente e a avaliação de desempenho.



A médica do trabalho Maria Maeno

Principais resoluções:

- Fóruns Regionais e Nacional de Condições de Trabalho;
- Política de saúde mental e enfrentamento do adoecimento;
- Combate ao assédio moral, sexual e a toda violência organizacional;
- Transparência nos PSI.

Saúde Caixa

Albucacis de Castro Pereira, médico e assessor do Grupo de Trabalho (GT) Saúde Caixa, fez em um dos painéis uma explanação sobre o histórico e a importância do plano de saúde dos empregados da Caixa, que beneficia quase 290 mil associados. “É importante os trabalhadores defenderem o Saúde Caixa e buscarem melhorá-lo”, afirmou. Albucacis lembrou que o Saúde Caixa acumulou superávit que em 2016 chegava a R\$ 670 milhões - os dados referentes ao ano passado ainda não foram divulgados pelo banco. O médico ainda destacou que os planos de autoges-

tão, como o Saúde Caixa, não objetivam lucro, pois são constituídos em função de um compromisso social. “Nós só lutamos quando perdemos algo. Temos que fazer isso antes, conhecer o plano que temos para poder

defendê-lo e melhorá-lo”, acrescentou, lembrando das ameaças que o plano vem sofrendo.

Além disso, um Manifesto em Defesa do Saúde Caixa foi distribuído aos participantes do 34º Conecef.



Empregados em defesa do Saúde Caixa

Funcef

Um dos painéis mais concorridos do 34º Conecef abordou a Funcef, com delegados credenciados reiterando posição histórica em defesa da Fundação. Ao mesmo tempo, os presentes reivindicaram soluções imediatas para uma série de problemas, entre eles o do contencioso judicial (maior fator de déficit nos planos de benefícios).

As ameaças contra os participantes da Fundação foram assunto na explanação da diretora de Saúde e Previdência da Fenae, Fabiana Matheus. “É um conjunto de ataques que os trabalhadores estão sofrendo e, por isso, temos que firmemente continuar defendendo a bandeira de maior participação. Hoje a orientação política dentro da Funcef é de beneficiamento da patrocinadora”, disse Fabiana.

Também participou do painel o diretor da Previ, Marcel Barros.

Ele ressaltou o fato de o sistema de previdência complementar estar sob ataque do Projeto Parlamentar nº 268, que retira a possibilidade de os trabalhadores gerirem os recursos dos fundos de pensão a que estão vinculados. “Um dos objetivos é entregar toda a política de investimentos para a responsabilidade exclusiva do patrocinador, sem qualquer consulta aos participantes”, denunciou.

Já o diretor eleito de Planejamento e Controladoria da Funcef, Max Mauran Pantoja, afirmou que o governo ilegítimo de Temer, a serviço do mercado, pretende transformar a Funcef em um produto comercial que dê lucro, assim como deseja fazer com o Saúde Caixa. Segundo Pantoja, “a política aplicada no país agride o direito da sociedade a um sistema de previdência complementar digno e adequado”.

Principais resoluções:

- Democracia na FUNCEF: Contra o PLP 268;
- Suspensão imediata do processo de alterações no Estatuto da Funcef;
- Cobrança e responsabilidade da Caixa sobre o contencioso;
- Manutenção e ampliação dos direitos dos participantes da Funcef.



Fabiana Matheus, diretora de Saúde e Previdência da Fenae

Caixa 100% Pública

O desmonte da Caixa e o ataque do governo Temer ao banco público, aos empregados e à população foram itens debatidos no painel “Caixa 100% pública”, que contou com a participação da deputada federal e empregada da Caixa Erika Kokay (PT-DF); da representante dos empregados no Conselho de Administração (CA) do banco e diretora da Fenae, Rita Serrano; e de Felipe Miranda, do Dieese, assessor da Federação.

“Estamos vivendo uma ruptura democrática, retirada de direitos e privatização da gestão”, declarou Erika Kokay. A deputada lembrou que, novamente, o governo pretende tirar a exclusividade dos empregados em ocupar cargos de diretoria para colocar no lugar profissionais em defesa da mercantilização do banco público. “Eles querem lotear as diretorias das empresas públicas, em uma tentativa de agradar ao mercado”, acrescentou.

Já Rita Serrano alertou que trabalhadores concursados da Eletrobras, Casa da Moeda e Correios foram demitidos para preparar o terreno destas estatais para a privatização. “Eles querem enxugar as estatais para poder vender depois. O discurso é que estas empresas são instrumentos de corrupção para convencer a população”, afirmou.

Felipe Miranda, do Dieese, assessor da Fenae, apresentou números que mostram a importância da Caixa para o Brasil nas áreas de infraestrutura e habitação, entre outras. “A

Durante o debate, um ato na plenária marcou o reforço da campanha nacional “Saúde Caixa: eu defendo” (*vide verso*), lançada pela Fenae, Contraf-CUT, Fenacef, Fenag, Advocef, Aneac e Social Caixa.

Principais resoluções:

- Transparência com os números e dados do Saúde Caixa;
- Manutenção do Saúde Caixa e seu modelo de custeio aos trabalhadores da ativa e aposentados;
- Garantia do Saúde Caixa para os novos concursados.

Caixa é extremamente eficiente. É importante que a gente defenda o que é público”, enfatizou.



Mesa com Maria Rita Serrano, representante dos empregados no CA da Caixa, e a deputada federal Erika Kokay (PT-DF)

Principais resoluções:

- Contra o Leilão da Lotex previsto para o dia 4 de julho;
- Contra alterações no estatuto da Caixa;
- Não fechamento de unidades e contratação de mais empregados já;
- Manutenção da gestão do FGTS;
- Redução imediata dos juros praticado para a população;
- Mesa Única!

Empregados em defesa da democracia e de eleições livres!

Trabalhadores, quase que por unanimidade, defenderam no 34º Conecef o direito de poder votar em quem quiser, e não em candidatos escolhidos pelos banqueiros, os financiadores do golpe. Na defesa da democracia, delegados aprovaram resolução por #LulaLivre

Os delegados presentes ao 34º Conecef reafirmam que a defesa da democracia e da justiça é dever de todos. Num cenário de retrocessos promovidos pelo golpe do ilegítimo Michel Temer (MDB), patrocinado pelos banqueiros, os empregados também defenderam eleições livres e a Caixa 100% Pública. E ainda se posicionaram contra a tentativa do (des)governo e de rentistas de mercantilizar o banco público.

Por ampla maioria, um dos últimos pontos aprovados no Congresso foi a bandeira do Lula Livre. A prisão arbitrária e sem provas do ex-presidente foi considerada parte de um processo de agressão à população brasileira e ao Estado Democrático de Direito. “Estamos vivendo retrocessos em todas as áreas, e a prisão de Luís Inácio Lula da Silva simboliza os ataques aos direitos dos

trabalhadores, o desmonte do Estado, a criminalização da política e a utilização da Justiça como perseguição política, entre outros pontos. Lula é um preso político, e a defesa de Lula livre deve ser levada a todos os cantos do país”, enfatizou o coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), Dionísio Reis.

Contra o entreguismo dos golpistas!

A entrega do patrimônio nacional pelos golpistas ficou ainda mais escancarada com o sucateamento da Petrobras e a crise dos combustíveis, que culminou na queda do tucano Pedro Parente. Com a Caixa, o (des)governo empreende esforços na tentativa de mercantilizar o banco 100% público, no intuito de atender exigências internacionais de solidez bancária e “profis-

sionalizar” a gestão.

Nesse sentido, a Caixa, seguindo os demais bancos, realiza desde 2014 aumentos nas taxas de juros e tarifas acima da Selic, o que deixou o banco mais rentável para os golpistas do “mercado”, mas distanciou a população do crédito, acelerando a recessão. Os aumentos nos preços dos serviços bancários são uma tendência da atual gestão, que praticou na Petrobras mais de 216 reajustes no preço dos combustíveis em dois anos.

Para piorar, está em curso um processo de verticalização do banco público que descomissiona, retira arbitrariamente salário de trabalhadores e precariza ainda mais o atendimento à população. Por tudo isso, os empregados também defenderam no Conecef a Caixa 100% Pública, contra os ataques do governo e dos banqueiros!

NÚMERO DE EMPREGADOS DA CAIXA



FONTE: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Campanha Saúde Caixa: eu defendo

A Campanha “Saúde Caixa: eu defendo”, cujo lançamento foi reforçado no 34º Conecef, demonstra a importância da luta em defesa do plano de saúde dos empregados. No Congresso, os delegados definiram junho como “mês do Saúde Caixa” e indicaram a quarta-feira 20 como dia de luta em defesa do plano de saúde. “É importante que todos participem das manifestações, tanto empregados da ativa como aposentados e que se preparem para um combate em defesa dos direitos”, convocou a diretora da Fetec/SP Jackeline Machado. “Consulte o sindicato de sua base e participe dos atos propostos”, acrescentou.

Nesse sentido, é importante também que os trabalhadores apoiem o Projeto de Decreto Legislativo 956/2018 (PDC 956/2018), de autoria da deputada Erika Kokay (PT-DF). A proposta pede a sustação da resolução 23 da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União), que altera para pior os planos de saúde nas empresas públicas federais. No PDC, a parlamentar defende que a resolução viola direitos assegurados em acordos coletivos de trabalho, estatutos e convenções que regulam as entidades de autogestão de saúde. Participe



A deputada Erika Kokay (PT-DF) é autora de proposta contra resolução 23 da CGPAR

dessa luta! Além das mobilizações do mês de junho, os empregados podem apoiar o projeto votando em uma enquete disponível no site da Câmara dos Deputados (Acesse: bit.ly/EnquetePDC956).

CULTURAL

‘Caixa, banco dos brasileiros’



Foi lançado, durante o 34º Conecef, o livro “Caixa, banco dos brasileiros”, de autoria da representante dos empregados no CA do banco, Rita Serrano, que também é coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas. A publicação, que faz parte da coleção Fenae, apresenta um resgate da história da Caixa desde sua criação, em 1861, e sua utilização diante das condicionantes político-econômicas de cada período, reafirmando a necessidade de sua manutenção como empresa pública voltada para o desenvolvimento do Brasil. A obra traz, ainda, uma seleção de fotos históricas, em especial sobre a organização e mobilização dos empregados do banco nas últimas três décadas.

“A ideia é recuperar um pouco dessa rica história do banco e de seus empregados. A Caixa é uma instituição centenária que deve continuar pública e a serviço dos brasileiros. Nesse momento, em que o risco de privatização é grande, é fundamental conhecer esse passado para fortalecer nossa luta presente”, explica a autora.

O livro de Rita Serrano é o segundo a fazer parte da coleção Fenae. O primeiro foi “Bancos Públicos do Brasil”, de autoria do economista Fernando Nogueira da Costa. “Nós decidimos lançar essa coleção para contribuir com a formação política dos colegas, ideia que surgiu a partir da implementação da Rede do Conhecimento, plataforma de cursos da Fenae e das Apcefs”, esclareceu o diretor de Administração e Finanças da Federação, Cardoso.